



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Plano Safra

A expectativa de parlamentares e produtores é grande quanto ao anúncio do Plano Safra 2024/25, que será lançado pelo governo nesta terça-feira para a agricultura familiar e, na quarta-feira, para a agricultura empresarial. Os recursos devem superar R\$ 500 bilhões, para financiamentos da agricultura familiar e empresarial. Para o vice-presidente da CNA, José Mário Schreiner (foto), “a próxima safra vai depender muito do que será apresentado pelo governo”.



CNA/DIVULGAÇÃO/JC

Juros menores

“Com a decisão do Copom, na última semana, de manter os juros em 10,5%, menores que os da safra passada, que foram de 13,75%, tem aí 3,25%, menos do que o ano passado”, lembra José Mário Schreiner. “Essa queda da Selic vai fazer com que o governo possa, e deve, olhar para uma taxa de juros menor do que foi aplicado no último ano. Se você pegar a inflação a 12%, você tem juros reais relativamente altos.”

Dinheiro não é dado

“Mas não é só isso”, argumenta José Mário Schreiner, acentuando que, “muitas vezes as pessoas pensam que esse dinheiro é dado, e o produtor não paga muito. Pelo contrário, se nós pegarmos, por exemplo, um agricultor familiar, exemplo prático, se um produtor familiar do Pronaf, pegar R\$ 100 mil a 4% ao ano, teoricamente a gente acharia que ele pagaria aí R\$ 4 mil de juros. Isso não é verdade”.

Penduricalhos e sócios ocultos

José Mário explicou: “quando você vai colocar os penduricalhos, muitas vezes os sócios ocultos que existem na atividade agropecuária, por exemplo, registro de cédula em cartório 1,3%, IOF 0,38%, custo do projeto técnico 2%, Proagro 7,9%, seguro de vida 1%, título de capitalização 2%, você sai dos 4%, esse pequeno produtor, da agricultura familiar, e vai acabar pagando 18,62% ao ano”.

Produtor resiliente

Questionado sobre o que se espera da safra no Brasil, José Mário Schreiner frisou que vai depender muito do Plano Safra. “Tenho certeza absoluta que grande parte do governo tem consciência que o setor agro representa 27% do PIB, quase 50% das exportações, mais de 30% dos empregos. De qualquer forma, o produtor brasileiro é muito resiliente, ele vai continuar produzindo. É necessário continuar buscando os mercados internacionais”, acentuou.

Tratamento diferenciado

José Mário Schreiner ainda destacou que “os produtores do Rio Grande do Sul precisam receber um tratamento diferenciado por parte do governo”. Mas lembrou que outras regiões do país também foram impactadas pelo clima e pelos preços abaixo do normal de algumas commodities, como a soja e o milho.

Semana de festa no Congresso

Como tem acontecido, em anos anteriores, a semana começa esvaziada em Brasília. Parlamentares não serão obrigados a estar no Congresso Nacional. A grande maioria dos senadores e deputados estarão no Nordeste para participar das festas juninas. Apesar de a festa ser do Nordeste, o benefício vale para todos. O presidente da Câmara, Arthur Lira, vai participar do 12º Fórum Jurídico de Lisboa, evento realizado pelo instituto de ensino superior do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, e ficará em Lisboa até sexta-feira.

Fux recebe Leite para debater dívida do Estado

Audiência de conciliação terá presença do governo federal e OAB-RS

/ CLIMA

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux recebe hoje em seu gabinete representantes do governo estadual, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Advocacia-Geral da União (AGU) para a discussão da dívida pública do Rio Grande do Sul. A audiência de conciliação será mediada pelo STF e acontecerá às 10h30min.

O encontro, que contará com a presença do governador Eduardo Leite (PSDB) e do procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, foi convocada em virtude de uma ação movida pela seccional gaúcha da OAB em 2012 que pede a extinção da dívida do Estado. Protocolado pelo, à época, presidente do órgão, Cláudio Lamachia, que também estará presente na reunião, o documento compreende os valores cobrados do Rio Grande do Sul como ilegais devido aos índices adotados na sua correção anual, que, conforme defendem, não poderiam ser utilizados entre entes federados.

Como representante da OAB-RS, estará o atual presidente, Leonardo Lamachia, que já afirmou em entrevista ao **Jornal do Comércio** estar disposto a negociar, podendo aceitar, caso haja anuência do Estado, uma extinção parcial (e não total) da dívi-



ANDRESSA ANHOLETE/SCO/STF/DIVULGAÇÃO/JC

Encontro ocorrerá hoje pela manhã no gabinete do ministro Luiz Fux

da. Entretanto, a decisão estará condicionada aos termos em que a proposta for ofertada pela AGU.

Atualmente, os principais argumentos da OAB-RS se baseiam em dois estudos que indicariam que, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base para a correção anual da dívida, o montante devido pelo Estado já teria sido pago e o Rio Grande do Sul poderia até mesmo passar a ser credor da União. Os laudos foram emitidos pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O governo do Rio Grande do Sul, à época em que a ação foi protocolada, se manteve neutro. Entretanto, hoje, Leite é um apoiador da extinção da dívida. “Eu vou apresentar ao ministro (Luiz) Fux justamente que nas

condições de calamidade que a gente está vivenciando esse tema é muito importante e o reerguimento do Rio Grande do Sul passa também pela compreensão da solução do tema da dívida”, afirma.

Por sua vez, a Advocacia-Geral da União argumenta que o governo estadual gaúcho já teve uma flexibilização das regras fiscais que gerou uma economia de R\$ 31,9 bilhões devido à calamidade climática que afetou a região.

A dívida pública atualmente se encontra em cerca de R\$ 100 bilhões e está temporariamente suspensa justamente devido às enchentes que atingiram o Estado. Com isso, por 36 meses o governo gaúcho não precisará pagar os débitos, que serão incorporados sem juros ao valor total ao fim do período.

Leite discutirá com Haddad em Brasília finanças do RS

Em outra agenda da viagem a Brasília hoje, o governador Eduardo Leite (PSDB) focará em discutir as finanças estaduais. Após se reunir no gabinete do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux para audiência de conciliação sobre a dívida pública do Estado com a União, o chefe do Executivo gaúcho se encontrará com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para discutir outros temas.

Leite afirma que tratará de diferentes pontos, além da dívida pública, com Haddad. “Tem uma série de pontos a serem tratados, aqueles que originariamente já

cuidávamos, relacionados ao regime de recuperação fiscal, mas agora com o agravamento da crise e da calamidade”, explicou o governador.

Com exclusividade ao JC, o governador garantiu que um dos tópicos a serem abordados será a recuperação fiscal, o que é visto por ele como um “ponto crítico”. “O Estado já perdeu de maio para cá R\$ 1,5 bilhão, o que está impactando também nos municípios. A gente precisa ver também essa questão da recomposição das receitas ser encaminhada pelo governo (federal)”, explicou.

Leite e Haddad têm realizado

reuniões desde que as enchentes assolaram o Rio Grande do Sul. Em maio, eles negociaram a suspensão provisória da dívida do Estado por 36 meses, com a reincorporação dos valores ao final desse período no saldo devedor, sem juros.

Sobre esse tema, o governador também afirma que é favorável à extinção dos valores. “Nas condições de calamidade que a gente está vivenciando esse tema é muito importante e o reerguimento do Rio Grande do Sul passa também pela compreensão da solução do tema da dívida (pública)”, afirma.